



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638289 - SC (2021/0000530-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GABRIEL DA ROSA PEREIRA
ADVOGADO : GABRIEL DA ROSA PEREIRA - SC054676
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : WILLIAN RICARDO PRANGER LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAN RICARDO PRANGER LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado de Execução Penal n. 0001116-98.2020.8.24.0033/SC).

O impetrante faz o seguinte relato (fl. 04):

O paciente resta condenado à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial SEMIABERTO, por infração ao artigo 33 da lei de drogas, praticado em dezembro de 2016. Possui ainda outra condenação com trânsito em julgado à pena de 2 anos e 4 meses a qual foi substituída por restritivas de direitos, cuja os fatos ocorreram em 10 de novembro de 2014. Foi pleiteado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, junto ao Juízo “*a quo*” a unificação de penas, todavia não foi observado para unificação a detração da pena, visto que foi imposto medida cautelar de monitoramento no curso do processo 00010632-79.2019.8.24.0033, onde o paciente restou condenado em 2 anos 3 meses e 20 dias em regime aberto, sendo estas penas substituídas por restritivas de direito.

E tece, em resumo, as seguintes considerações (fl. 08):

Ora Meritíssimos entrando no mérito do pedido, ventila-se a hipótese de que é cabível a detração da pena do período de 12/12/2014 a 18/07/2017 no que tange o cumprimento da pena da (PEC 0010632-79.2019.8.24.0033), visto que houve utilização de medidas cautelares diversas da prisão ao réu no curso do processo, semelhante a pena definitiva imposta, valendo trazer à baila o estudo do tema, por haver entendimento jurisprudencial acerca da possibilidade de detração de pena quando da aplicação de prisão domiciliar prevista no art. 317 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de que seja realizada a “[...] detração da pena, do período de 12/12/2014 (início das medidas cautelares -

processo nº 0146199-58.2014.8.24.0033-Fls.77) a 18/07/2017 (revogação das medidas cautelares-processo nº 0146199- 58.2014.8.24.0033-Fls-61) no que tange o cumprimento da pena (PEC 0010632- 79.2019.8.24.0033), para assim determinar o regime de cumprimento, bem como a viabilidade do retorno do benefício da saída temporária" (fl. 13). No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente